

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

A respeito de processos participativos e de gestão da qualidade na administração pública brasileira, julgue os itens seguintes.

- 51** Os conselhos gestores são exemplos de mecanismos de participação cidadã na gestão pública que ainda não são adotados nos municípios brasileiros.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Os conselhos gestores são espaços públicos de composição plural, e a integração participativa dos cidadãos nesses conselhos é um fator que contribui para a democracia. Sua adoção no Brasil já é uma realidade e o Portal da Transparência, do governo federal, possui um espaço dedicado apenas a informações a respeito desses conselhos.

- 52** Nos conselhos gestores, a capacidade deliberativa do Estado tem preferência sobre a participação da sociedade civil, que é prevista de forma secundária.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A participação da sociedade civil e do Estado é paritária: os conselhos gestores são espaços públicos de composição plural e de relação paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e(ou) consultiva, com a função permanente de formular, controlar e avaliar a execução de políticas públicas setoriais.

- 53** O planejamento da qualidade desejada dos serviços públicos inicia-se com a identificação dos requisitos dos clientes-alvo desses serviços.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Planejamento é a definição da qualidade desejada, tanto dos produtos e serviços quanto dos recursos organizacionais necessários para alcançá-la. O processo de planejar a qualidade começa com a identificação e ordenação dos requisitos dos clientes.

- 54** O poder público é considerado um cliente dos serviços públicos.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Clientes são todas as partes interessadas na qualidade de um produto ou serviço, logo o poder público, que estipula requisitos técnicos para produtos e serviços públicos, pode ser considerado um cliente.

- 55** São indicadores de qualidade na gestão pública a instituição de governança de tecnologia da informação, o combate à corrupção e o impulso à execução fiscal.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** São indicadores de qualidade na gestão pública, entre outros: melhoria da infraestrutura e governança de TI, impulso às execuções fiscais, cívicas e trabalhistas, e combate à corrupção e à improbidade administrativa.

Acerca da evolução das abordagens da administração e sua aplicação à administração pública brasileira, julgue os itens que se seguem.

- 56** A abordagem contingencial é voltada para a estrutura organizacional, enquanto a abordagem neoclássica ocupa-se da tecnologia.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A ênfase no ambiente é típica da teoria da contingência, enquanto a ênfase na estrutura é típica da teoria neoclássica.

- 57** A abordagem da teoria comportamental prioriza os trabalhadores em detrimento da estrutura organizacional.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A ênfase nas pessoas demarca a teoria comportamental, que prevê, entre outros, liderança, motivação, comunicação.

- 58** A nova gestão pública propõe a fusão das esferas política e econômica na administração pública brasileira, de modo que a ocupação de cargos públicos seja baseada em interesses econômicos.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** O item trata de um traço típico do patrimonialismo que a nova gestão pública visava reverter. Os cargos públicos não eram profissionalizados: as posições pertenciam aos nobres ou eram adquiridas pela burguesia enriquecida. As esferas política e econômica se confundiam, transformando a busca do poder político na posse de um patrimônio

de grande valor ou no controle direto de uma fonte substancial de riqueza.

- 59** A qualidade do marco regulatório de um país é mensurada por indicadores de governança pública conforme os quais o governo deve ser capaz de implementar boas normas para subsidiar a condução de políticas públicas.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O Banco Mundial preconiza uma série de seis conjuntos de indicadores para a governança pública. A qualidade do marco regulatório abrange percepções sobre a qualidade de o governo formular e implementar boas políticas e regulamentos.

- 60** Governabilidade consiste na capacidade absoluta de governar independentemente de apoio popular ou político.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Governabilidade se refere à capacidade de governar por meio do apoio político e popular.

Acerca de funções da administração e de planejamento em organizações contemporâneas, julgue os próximos itens.

- 61** No processo administrativo, cabe à função de controle a comparação entre desempenho efetivo e metas preestabelecidas.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Ao controle compete a comparação do desempenho com os padrões preestabelecidos.

- 62** No processo administrativo, a atribuição de autoridade e de responsabilidade é tipicamente absorvida pela função de direção.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A atribuição de autoridade e responsabilidade é função típica da organização.

- 63** Cabe ao planejamento tático prever ações de longo prazo que envolvam a organização de forma integral.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Trata-se de tarefa típica do planejamento estratégico, e não do tático.

- 64** O planejamento de curto prazo que é voltado para a eficiência e que envolve cada tarefa de forma isolada é denominado operacional.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O planejamento operacional é projetado para o curto prazo, envolve cada tarefa isoladamente e é voltado para a eficiência.

A respeito de técnicas e ferramentas gerenciais e sua aplicação à administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 65** A administração por objetivos marca um ponto de transição nas abordagens da administração: a partir dela, evoluiu-se da orientação a atividades para a orientação a resultados e, ainda, do estilo autoritário para o participativo.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Antes da abordagem por objetivos, a orientação era para atividades e o estilo era autoritário. A partir da abordagem por objetivos, a orientação passou a se voltar para resultados e o estilo passou a ser participativo.

- 66** Em organizações descentralizadas, o fluxo de tomada de decisões direciona-se do topo para a base.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Em organizações descentralizadas, as decisões são tomadas mais rapidamente pelos próprios executores, não dependendo da decisão *topdown*, típica do modelo centralizado.

- 67** Na departamentalização por critério territorial, a estrutura organizacional se baseia nas funções executadas por cada unidade.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A definição apresentada no item corresponde à departamentalização funcional, e não à territorial: departamentalização funcional é a organização feita na base das funções que requerem atividades similares e que são agrupadas juntas e identificadas de acordo com alguma classificação funcional, como finanças, recursos humanos, *marketing*, etc.

- 68** Em um processo de comunicação organizacional, o transmissor refere-se ao processo ou equipamento utilizado

para comunicar a mensagem, enquanto o receptor consiste no processo ou equipamento que capta a mensagem do canal.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Transmissor: o meio, processo ou equipamento (voz, telefone, e-mail etc.) que codifica e transporta a mensagem através de algum canal até o receptor (destino) que deve recebê-la.

Receptor: o processo ou o equipamento que capta e recebe a mensagem do canal.

Com relação à gestão de desempenho e à gestão por competências, julgue os itens a seguir.

**69** Desempenho é definido como a transformação de conhecimentos, aptidões, habilidades e interesses em resultados esperados pela organização.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A definição apresentada corresponde ao conceito de competência, e não de desempenho.

Competência é a transformação de conhecimentos, aptidões, habilidades, interesses e vontade nos resultados práticos esperados. É a soma das habilidades e dos conhecimentos de uma pessoa ou organização, especialmente em relação à coordenação das diversas habilidades de produção e à integração das diversas tecnologias.

**70** A justiça à diversidade é a diretriz do *feedback* 360 graus que preconiza que os avaliadores sejam responsáveis por pontuações honestas e passem ao *feedback* do comportamento eventuais respostas suspeitas detectadas.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A justiça à diversidade é uma das dez diretrizes da avaliação 360 graus, ou *feedback* 360 graus, e preconiza que os avaliadores não discriminem de forma sistemática as minorias existentes na empresa, sejam elas de gênero, raça, cor, religião, etc.

**71** A avaliação 360 graus é o método de avaliação de desempenho mais tradicional e mais utilizado, em virtude de sua praticidade, de seu reduzido custo de desenvolvimento e de sua versatilidade, já que substitui discussões formais sobre desempenho e é útil para identificação de talentos potenciais de uma carreira.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A avaliação 360 graus não substitui discussões formais sobre desempenho, nem é útil para identificar o talento potencial de uma carreira, já que é muito difícil ou impossível utilizá-la como método para fixar o *ranking* de mérito.

Além disso, o método de avaliação mais tradicional e mais utilizado em virtude de sua simplicidade e praticidade é o método de escala gráfica. Embora este seja alvo de ataques frequentes, continua como preferido e digno de confiança pelos avaliadores, além de ter o benefício de seu desenvolvimento ser mais barato que o de outros métodos sofisticados.

**72** Uma empresa que busca o sucesso de programas e ações voltados à retenção de profissionais em seu quadro de pessoal deve estabelecer padrões de avaliação e medição claros, objetivos e confiáveis, para suportar a pressão oriunda das pessoas não selecionadas, promovidas e(ou) recompensadas.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** As empresas que procuram desenvolver ações e programas para reter profissionais esbarram em desafios que precisam ser superados para o sucesso de seus programas.

Apesar da popularidade do conceito de competência e seus benefícios, algumas dificuldades, denominadas tecnicamente de desafios, precisam ser superadas para que o trabalho com competências seja eficaz. O item menciona o desafio denominado mediação: os padrões de avaliação e medição devem ser claros, objetivos e confiáveis para poder suportar a pressão quando pessoas não forem selecionadas, promovidas e(ou) recompensadas, mesmo que a organização tenha tomado a decisão acertada ou seguido um processo definido.

**73** A competência essencial de uma organização engloba o aprendizado coletivo e o *know-how* aplicados de maneira integrada na organização, de modo a diferenciá-la de outras empresas.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A competência essencial de uma

organização é o aprendizado coletivo, ou seja, seu *know-how* técnico, aquilo que a empresa sabe fazer bem, de maneira integrada, e que a difere de outras empresas.

Julgue os próximos itens, a respeito de recrutamento e seleção de pessoas.

**74** O processo de recrutamento e seleção de pessoas na gestão estratégica difere do adotado na gestão tradicional de pessoas.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O processo de recrutamento e seleção somente é viável se os dirigentes da empresa já tiverem feito uma opção entre gestão estratégica e gestão tradicional de pessoas, porque recrutar e selecionar de acordo com a abordagem estratégica apresenta algumas diferenças cruciais em relação ao processo tradicional.

Na abordagem tradicional, o processo de recrutamento e seleção tem início no recrutamento. Por outro lado, o processo de recrutamento e seleção em um contexto mais amplo e estratégico, ao contrário do que possa parecer em um primeiro momento, não tem início quando surge uma vaga na empresa. Antes disso, existem etapas muito importantes que, se não forem observadas, comprometerão a eficácia do processo.

**75** O recrutamento interno tem como vantagens a valorização dos funcionários, o conhecimento prévio do desempenho e do potencial dos funcionários, um menor tempo de adaptação no cargo e a promoção do autodesenvolvimento.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** As principais vantagens do recrutamento interno são:

- valorização dos funcionários;
- conhecimento prévio do desempenho e do potencial dos indivíduos;
- funcionários adaptados à cultura organizacional;
- tempo de ambientação menor;
- rapidez e economia no processo; e
- promoção do espírito de autodesenvolvimento.

Acerca da gestão de projetos, julgue os itens que se seguem.

**76** Para se evitar sobrecarga de trabalho, a execução de um projeto deve ser realizada separadamente das rotinas de trabalho dos funcionários envolvidos nesse projeto.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Os projetos são independentes e coexistem com as rotinas de trabalho, mas as equipes que trabalham nos projetos não devem ser sobrecarregadas. O tempo para a execução do projeto deve ser equacionado com o tempo necessário para as demais atividades desempenhadas pelos funcionários na empresa.

O trabalho em um projeto permanece separado das operações rotineiras, ainda que seu resultado possa tanto ser uma contribuição direta ao plano de longo prazo quanto resultar em produtos e processos que essas operações de rotina irão utilizar.

**77** Um projeto é mais facilmente monitorado e controlado quando planejado, financiado e administrado como uma atividade distinta dentro da empresa.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Um projeto é planejado, financiado e administrado como uma atividade distinta. Se for tratado em separado do trabalho de rotina, é mais fácil de ser planejado, monitorado e controlado, o que evita a necessidade de sobrecarregar aqueles que respondem pelo trabalho do dia a dia.

**78** Um projeto deverá ser encerrado caso se torne técnica ou economicamente inviável ou as necessidades que o tiverem motivado deixem de existir.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Todo projeto, se bem gerenciado, será planejado, executado e encerrado. O encerramento de um projeto se dá quando:

- as metas são alcançadas;
- o projeto não é mais viável (técnica ou economicamente); ou
- as necessidades que o motivaram não existem mais.

**79** Os projetos contemporâneos são empreendimentos independentes, feitos com recursos próprios, têm propósito e

objetivos específicos, além de duração ilimitada e resultados multifacetados.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** São características comuns dos projetos contemporâneos: os empreendimentos são independentes; os propósitos e objetivos são específicos; a duração é limitada; o resultado é único; e os recursos são próprios, assim como a administração e suas estruturas.

Os projetos contemporâneos apresentam-se em muitas formas e tamanhos. Alguns são de curta duração, empreendimentos baratos que duram apenas alguns dias e necessitam de recursos mínimos.

A respeito do ciclo PDCA (*plan, do, check, act*) como modelo de excelência gerencial e sua relação com a gestão de qualidade, julgue o item seguinte.

**80** O ciclo PDCA — também conhecido como ciclo de Deming, em homenagem ao seu criador — é um método iterativo de gestão de quatro passos que orienta a execução de determinada ação com base no conceito de melhoramento contínuo.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O ciclo PDCA foi criado pelo Dr. W. Edwards Deming, *expert* em gestão da qualidade, por isso ele também é conhecido como ciclo de Deming.

O ciclo PDCA é um método iterativo de gestão de quatro passos, utilizado para controle e melhoria contínua de processos e produtos. É uma maneira de orientar de maneira eficiente e eficaz a execução de uma determinada ação. Também traduz o conceito de melhoramento contínuo. O ciclo começa com o estágio P (de planejar), que envolve o exame do atual método ou do problema a ser estudado, a partir da identificação da necessidade, da análise, do estabelecimento dos objetivos e da determinação do método, formulando um plano de ação em que se utiliza a ferramenta 5W2H. O próximo estágio do ciclo é o D (da execução), que trata da necessidade e da execução de treinamentos como a execução do plano de ação. A seguir, no estágio C (de checar), o objetivo é avaliar a eficácia da nova solução e o resultado esperado, coletando-se informações para uma nova análise. Finalmente, no estágio A (da ação), busca-se desenvolver a padronização da solução e a análise de sua extensão para outras aplicações. Se o problema não tiver sido corrigido, é realizada uma nova tentativa por meio do aprendizado adquirido com a primeira volta do ciclo PDCA.

No que se refere a análise e descrição de cargos em organizações, julgue os itens a seguir.

**81** A descrição de um cargo apresenta de modo simplificado as principais atribuições desse cargo.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Descrever um cargo significa relacionar o que o seu ocupante faz, como deve fazer, sob quais condições deve fazer e por que deve fazer. A descrição de cargo é um retrato simplificado do conteúdo e das principais responsabilidades do cargo.

**82** Embora a análise e a descrição de cargos sejam relacionadas, elas se distinguem quanto ao escopo: a análise de cargos concentra-se no conteúdo dos cargos, enquanto a descrição de cargos visa determinar os requisitos físicos e mentais necessários à ocupação de determinado cargo.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Os conceitos de análise e descrição de cargos estão invertidos.

A análise de um cargo detalha o que o cargo exige do seu ocupante em termos de conhecimentos, habilidades e capacidades para que possa desempenhá-lo adequadamente. A análise é feita a partir da descrição do cargo. Enquanto a descrição de cargos focaliza o conteúdo do cargo (o que o ocupante faz, quando deve fazer, como deve fazer e por que deve fazer), a análise de cargos procura determinar os requisitos físicos e mentais que o ocupante deve possuir, as responsabilidades que o cargo impõe à pessoa que o ocupa, sob o ponto de vista mental e físico, e as responsabilidades e condições de trabalho.

Com relação à gestão de processos, julgue o próximo item.

**83** As ferramentas de controle estatístico de processo (CEP) surgiram com a intensificação do uso do BPM (*business process management*) e estão diretamente relacionadas ao monitoramento e à medição das atividades empresariais por meio de sistemas operacionais e processos de negócios.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A ferramenta que surgiu com a intensificação do uso do BPM foi o BAM (*business activity monitoring*).

As ferramentas de controle estatístico de processo (CEP) são usadas no controle de processos industriais de manufaturados.

O monitoramento da atividade de negócio (*business activity monitoring* – BAM) entrou em cena por volta de 2002/2003, estimulado pelo crescente interesse no BPM, o qual tornou possível o relacionamento mais claro entre as operações em tempo real da TI e as atividades empresariais.

Com a utilização de BAM, as empresas que adotam o BPM são capazes de monitorar seus processos empresariais, identificando as falhas e exceções, tudo em tempo real. Além disso, o BAM permite o rastreamento da execução dos processos e, quando eles obtiverem sucesso ou falharem, permite a construção de registros valiosos sobre o comportamento que pode conduzi-lo a uma melhoria global, bem como prover uma administração das transações de negócio e a redução dos riscos.

Com relação à administração financeira, julgue os seguintes itens.

**84** Em uma empresa, os recursos de terceiros têm potencial para modificar positivamente a rentabilidade do capital próprio, sendo a utilização desses recursos avaliada pelo grau de alavancagem financeira (GAF): a alavancagem é nula se  $GAF = 0$ .

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A alavancagem financeira nula não é  $GAF = 0$ , mas  $GAF = 1$ .

A estrutura de capital de uma empresa é composta geralmente por recursos de terceiros e de acionistas ou sócios, que são aplicados em ativos para gerar retorno. Os acionistas ou sócios obtêm ganhos adicionais se o retorno sobre o ativo for maior do que o custo de capitais empregados.

Os recursos de terceiros têm potencial para modificar positivamente a rentabilidade do capital próprio, desde que o seu custo seja menor que o retorno sobre o patrimônio líquido. Esse fenômeno é chamado de alavancagem financeira e é medido pelo grau de alavancagem financeira (GAF).

- Alavancagem financeira favorável: se  $GAF > 1$ .
- Alavancagem financeira desfavorável: se  $GAF < 1$ .
- Alavancagem financeira nula: se  $GAF = 1$ .

**85** O efeito combinado de alavancagem operacional e alavancagem financeira gera a alavancagem total.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** As empresas têm custos operacionais fixos que provocam efeitos de alavancagem operacional quando ocorrem variações nas vendas. Boa parte delas possui capitais de terceiros financiando seus ativos, o que resulta no pagamento de juros e gera efeitos de alavancagem financeira. O efeito combinado de alavancagem operacional e alavancagem financeira gera a alavancagem total.

O grau de alavancagem total (GAT) pode ser calculado de duas formas:

$GAT = (\text{variação percentual no lucro líquido} \div \text{variação percentual nas vendas})$ ; ou

$GAT = (\text{grau de alavancagem operacional} \times \text{grau de alavancagem financeira})$ .

Acerca das reformas administrativas e da redefinição do papel do Estado brasileiro, julgue os itens subsequentes.

**86** A reforma administrativa de 1967 baseava-se no planejamento voltado para o desenvolvimento econômico-social do Brasil.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A Reforma de 1967 foi basicamente descentralizadora, embora também contivesse um forte conteúdo de estruturação nos moldes da administração burocrática. Baseava-se

no planejamento voltado para o desenvolvimento econômico-social do Brasil, o que a caracterizava como desenvolvimentista.

- 87** Com a reforma administrativa de 1967, os componentes da administração pública federal foram separados em integrantes da administração direta e integrantes da administração indireta.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O Decreto-lei n.º 200/1967, considerado uma primeira tentativa de reforma administrativa, explicita que os componentes da administração pública federal se distinguem em integrantes da administração direta e indireta.

- 88** A Constituição Federal de 1988 conferiu flexibilidade operacional às fundações e autarquias públicas ao atribuir-lhes normas de funcionamento distintas das que regem a administração direta.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A Constituição Federal de 1988 retirou da administração indireta a sua flexibilidade operacional, ao estender para os serviços do Estado e para as próprias empresas estatais praticamente as mesmas regras burocráticas rígidas adotadas no núcleo estratégico do Estado.

No que se refere à administração pública do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático, julgue os itens seguintes.

- 89** O paradigma gerencial fundamenta-se nos princípios da confiança e da centralização da decisão.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** O paradigma gerencial contemporâneo é fundamentado nos princípios da confiança e da descentralização da decisão.

- 90** A necessidade de clara separação entre Estado e mercado, considerada essencial para o capitalismo, fez que a administração patrimonialista fosse substituída pela administração pública burocrática.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A administração pública burocrática foi adotada em substituição à administração patrimonialista, porque este tipo de administração revelou-se incompatível com o capitalismo industrial e com as democracias parlamentares que surgiram no século XIX, já que era essencial para o capitalismo a clara separação entre o Estado e o mercado. A administração pública burocrática clássica foi adotada por ser uma alternativa muito superior à administração patrimonialista do Estado.

- 91** Servindo aos níveis governamentais federal, estadual e municipal, a reforma gerencial visava enfatizar a profissionalização e o uso de práticas de gestão do setor privado.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A nova administração pública se diferencia da administração pública burocrática por seguir os princípios do gerencialismo. Para alcançar seus objetivos, o novo modelo de gestão, que serve de referência para os três níveis governamentais — federal, estadual e municipal —, tinha o propósito de enfatizar a profissionalização e o uso de práticas de gestão do setor privado. Esse modelo de reforma e de gestão foi efetivamente implementado durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

No que se refere aos processos governamentais de compras, julgue os itens a seguir.

- 92** As fundações públicas não são sujeitas aos procedimentos licitatórios comuns aos demais entes da administração indireta.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** De acordo com a Lei n.º 8.666/1993: “CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS – SEÇÃO I – DOS PRINCÍPIOS

Art. 1.º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de

economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios.”

- 93** Os órgãos e as entidades da administração pública devem utilizar o plano de suprimentos (PLS) para registro e divulgação de itens a serem licitados.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O procedimento de registro de preços inicia-se com o plano de suprimentos (PLS), o qual é o instrumento de planejamento sistemático e operacional que dá publicidade ao procedimento e deverá ser utilizado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública para registro e divulgação dos itens a serem licitados. O objetivo principal do PLS é que os órgãos e as entidades informem, previamente, as quantidades individuais do mesmo objeto a serem licitadas, incentivando-os a planejar as aquisições e as contratações de bens e serviços comuns.

- 94** No sistema de registro de preços, os preços dos bens ou serviços a serem adquiridos são lançados na ata de registro de preços, obedecendo-se às condições estipuladas no ato convocatório da licitação.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A Lei de Licitações e Contratos — Lei n.º 8.666/1993 — determina que as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através do sistema de registro de preços (art. 15, II).

O registro de preços é um sistema utilizado pelo poder público para aquisição de bens e serviços em que os interessados concordam em manter os preços registrados pelo órgão gerenciador. Esses preços são lançados em uma ata de registro de preços, visando-se às contratações futuras, obedecendo-se às condições estipuladas no ato convocatório da licitação.

Julgue os itens a seguir, a respeito do processo de formulação e desenvolvimento de políticas públicas.

- 95** Uma agenda é uma lista de questões ou problemas considerados de interesse público que demandam soluções.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Uma agenda é uma lista de questões ou problemas aos quais agentes governamentais e outros membros da comunidade de política pública estão atentos em certo momento. A definição de agenda implica determinado governo reconhecer que um problema é uma questão pública digna de sua atenção (e não simplesmente uma questão que afeta apenas algumas pessoas, ou uma condição de segundo plano sobre a qual ele não possa fazer muita coisa e que, por isso, possa ser desprezada). A agenda focaliza os processos iniciais de identificação de problemas, na iniciação de políticas e no modo como esses processos afetam as atividades de criação de políticas públicas posteriores de responsabilidade dos governos.

- 96** A formulação de políticas públicas envolve o desenvolvimento de alternativas para tratar de eventuais problemas na agenda do governo.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A formulação de políticas públicas envolve o desenvolvimento de alternativas para possíveis cursos de ação governamental e destinadas a tratar de problemas na agenda do governo. Os formuladores de políticas geralmente enfrentam janelas de oportunidade de curta duração para encontrar soluções viáveis, devido à competição por sua atenção e(ou) urgência dos problemas que enfrentam, e essa pressão pode levar a escolhas erradas a partir de uma perspectiva de longo prazo, como, por exemplo, quando dificuldades-chave de implementação ou implicações orçamentárias não são previstas corretamente, por pressa de se adotar um projeto de lei dentro do prazo legal.

- 97** Na fase de implementação das políticas públicas, regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A fase de implementação é aquela na qual regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações; é a fase de execução das políticas públicas, não sendo um processo meramente técnico, dado seu caráter conflitivo, sua dimensão política. A implementação é um processo de interação entre a definição de objetivos e as ações a serem empreendidas para alcançá-las. Dada a grande quantidade de órgãos da administração pública, níveis de governo e grupos afetados que estão imersos em

todo processo de implementação de um programa, não se pode chegar aos resultados projetados sem assentimento e colaboração.

Acerca da avaliação de programas e projetos, julgue os itens que se seguem.

- 98** Avaliar a efetividade de uma política pública consiste em verificar se ela foi executada conforme o cronograma proposto, o orçamento aprovado e as metas estabelecidas.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Avaliar a eficácia de uma política pública consiste em verificar se ela foi executada de acordo com o cronograma proposto, o orçamento aprovado e as metas estabelecidas. A efetividade está relacionada aos benefícios para a sociedade.
- 99** A avaliação formativa afere os resultados obtidos pelo conjunto das ações desenvolvidas no âmbito de determinado programa.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. A avaliação formativa visa verificar, periodicamente, em que medida os participantes do programa ou do processo estão aceitando e desempenhando seus papéis. Essa avaliação contrasta as atividades com o plano, descreve os problemas de implementação e analisa de que maneira a equipe lidou com eles, assim como documenta e analisa os custos desse esforço. Por fim, relata como observadores e participantes julgam a qualidade do processo.
- 100** A avaliação de uma política pública é um importante instrumento de controle social, na medida em que contribui para que essa política produza os resultados almejados pela sociedade.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. Pesquisadores têm defendido que o objetivo último da avaliação seja a melhoria das condições sociais (*social betterment*). Nessa perspectiva, avaliação consiste em uma série de atividades desenvolvidas para ajudar a corrigir, apoiar e entender a forma como as pessoas percebem as políticas e os programas implementados para atender necessidades humanas. O objetivo final da avaliação é, então, a melhoria social, para a qual a avaliação pode contribuir ao prestar assistência a instituições democráticas na seleção, na supervisão, no aprimoramento e na percepção (produção) do sentido dos programas e das políticas sociais. Na ausência de um compromisso com a melhoria das condições sociais e com a melhoria do padrão de vida da população, a avaliação de um programa passa a ser um mero exercício de aplicação de modelos quantitativos e qualitativos a uma realidade específica.

Com base na Lei da Transparência — Lei Complementar n.º 131/2009 — e na Lei de Acesso à Informação — Lei n.º 12.527/2011 —, julgue os itens seguintes.

- 101** A Lei de Acesso à Informação determina aos órgãos e às entidades do poder público que assegurem a gestão transparente da informação, observadas normas e procedimentos específicos aplicáveis.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)  
“Art. 6.º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;”.
- 102** De acordo com dispositivo da Lei de Acesso à Informação, é de quinze anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)  
“Art. 24 A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.  
§ 1.º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no *caput*, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:  
I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;”.

- 103** A Lei da Transparência não possui dispositivo que incentive a participação popular nos processos de elaboração da lei de diretrizes orçamentárias.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Conforme a Lei Complementar n.º 131/2009 (Lei da Transparência), “A transparência será assegurada também mediante:  
I - incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;”.

Com relação a técnicas orçamentárias e aos princípios orçamentários, julgue os itens a seguir.

- 104** Conforme o princípio da unidade, deve haver um único orçamento para cada ente da Federação, observada a periodicidade anual.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. O princípio da unidade está genericamente contemplado no art. 2.º da Lei n.º 4.320/1964:  
Art. 2.º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.  
Trata-se, aqui, da necessidade de haver um único orçamento para cada ente da Federação, observada a periodicidade anual. O objetivo estaria na possibilidade de verificar todas as receitas e todas as despesas a um só tempo e, ainda, identificar a existência ou não de equilíbrio orçamentário.
- 105** De acordo com o princípio da anualidade, o orçamento público deve ser elaborado e autorizado para um exercício financeiro, que, no Brasil, vai de 1.º de abril de determinado ano a 31 de março do ano seguinte.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. O orçamento público deve ser elaborado e autorizado para período determinado, geralmente um ano. No Brasil, o exercício financeiro coincide com o ano civil (1.º de janeiro a 31 de dezembro de um mesmo ano), por força do art. 34 da Lei n.º 4.320/1964.
- 106** No orçamento-programa, o aspecto jurídico do orçamento sobrepõe-se ao aspecto econômico.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. No orçamento tradicional, o aspecto econômico tinha posição secundária. As finanças públicas caracterizavam-se por sua “neutralidade”: equilíbrio financeiro impunha-se naturalmente e o volume do gasto público não chegava a pesar significativamente em termos econômicos. Os tratadistas clássicos preferiam analisar questões ligadas à tributação e seus efeitos, considerando a despesa pública como um mal necessário. Ao lado, porém, desse pequeno interesse pelas implicações econômicas, especialmente da despesa pública, obtinha destaque o aspecto jurídico do orçamento. Já no orçamento-programa, o aspecto econômico do orçamento ganha maior relevância em detrimento do aspecto jurídico, principalmente em função dos efeitos da política fiscal no produto interno bruto de um país.

No que diz respeito ao ciclo orçamentário e ao processo orçamentário, julgue os itens seguintes.

- 107** Cada um dos Poderes da União deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto próprio de plano plurianual, em até oito meses e meio antes do encerramento do primeiro exercício financeiro.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Há apenas um projeto de plano plurianual, que é elaborado pelo Poder Executivo, e não um para cada Poder da União. Além disso, enquanto não for editada a lei complementar de que trata o art. 159, § 9.º, I e II da Constituição Federal de 1988, o art. 35, § 2.º, I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) dispõe que “o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa”. Logo, o projeto de plano plurianual deve ser encaminhado quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro.

**108** No âmbito da União, cabe à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) examinar e emitir parecer sobre os projetos de plano plurianual, de lei de diretrizes orçamentárias e de lei orçamentária anual, bem como sobre suas respectivas emendas.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A comissão a que se referem os parágrafos 1.º e 2.º do art. 166 da Constituição Federal de 1988 é a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). “Art. 166 (...)

§ 1.º Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo presidente da República;

(...)

§ 2.º As emendas serão apresentadas na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.”

**109** O início da etapa de controle relativo à lei orçamentária anual coincide com o início do exercício financeiro e prolonga-se para depois do encerramento desse exercício.

JUSTIFICATIVA - CERTO. No ciclo orçamentário, a etapa do controle se inicia de forma concomitante com o início do exercício financeiro ao qual se refere a lei orçamentária anual e prolonga-se para depois do encerramento desse exercício, até que as contas relativas a esse exercício financeiro sejam prestadas e aprovadas pelos tribunais de contas.

Quanto ao sistema e ao processo de orçamentação, à estrutura programática e a créditos ordinários e adicionais, julgue os itens subsequentes.

**110** Os créditos adicionais especiais são destinados a despesas que sejam urgentes e imprevisíveis e para as quais não haja dotação orçamentária específica.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Depreende-se do art. 41, incisos II e III, da Lei n.º 4.320/1964 que os créditos adicionais especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, mas que não sejam urgentes e imprevisíveis (como as decorrentes de guerra, comoção intestina ou calamidade pública). No caso de despesas urgentes e imprevisíveis, é necessária a abertura de crédito adicional extraordinário.

“Art. 41 Os créditos adicionais classificam-se em:

I suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;  
II especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;  
III extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.”

**111** Os programas temáticos expressam e orientam a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O programa temático é aquele que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; o programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado é aquele que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

A respeito de receitas e dívida ativa, julgue os itens subsequentes.

**112** Receitas de capital são aquelas que, em geral, não aumentam as disponibilidades financeiras do Estado nem provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Quanto à categoria econômica das receitas, as receitas de capital, por serem um ingresso financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado. Porém, de forma diversa das receitas correntes, as receitas de capital não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

**113** Embora todas as receitas públicas passem obrigatoriamente pelo estágio de arrecadação, nem todas elas passam pelo estágio de lançamento.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A etapa de arrecadação corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro Nacional pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou

instituições financeiras autorizadas pelo ente. Segundo o art. 35 da Lei n.º 4.320 de 1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas.

Já o art. 53 dessa mesma Lei define o lançamento como ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. Por sua vez, conforme o art. 142 do CTN, lançamento é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível.

Assim, é possível concluir que, no caso das receitas não tributárias (como receitas patrimoniais, receitas de serviços) que não sejam previstas, elas devem ser arrecadadas, mas nem todas passam por um processo de lançamento, uma vez que o lançamento se refere às receitas tributárias.

**114** Os créditos da fazenda pública exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento são inscritos como dívida ativa somente após a verificação de que são líquidos e certos.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A definição de dívida ativa consta do art. 39, § 1.º, da Lei n.º 4.320/1964:

“Art. 39 Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. (Redação dada pelo Decreto Lei n.º 1.735/1979)

§ 1.º – Os créditos de que trata este artigo, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como dívida ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título. (incluído pelo Decreto Lei n.º 1.735/1979)”.

Desse parágrafo depreende-se que dívida ativa é composta pelos créditos da fazenda pública exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, sendo estes inscritos somente após verificação de que são líquidos e certos.

A respeito de despesas, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores e suprimento de fundos, julgue os seguintes itens.

**115** A classificação funcional da despesa possui a característica de matricialidade: é possível combinar determinada subfunção a outras funções diferentes daquelas diretamente relacionadas à referida subfunção.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A classificação funcional subdivide-se em função e subfunção. A função pode ser entendida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa. A subfunção representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar a natureza da atuação governamental. É possível combinar as subfunções a funções diferentes daquelas a elas diretamente relacionadas, o que se denomina matricialidade.

**116** Restos a pagar não processados correspondem a despesas liquidadas, mas não pagas até o encerramento do exercício financeiro.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Os restos a pagar não processados são formados pelas despesas empenhadas, mas não liquidadas e não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro.

**117** Suprimento de fundos será considerado, desde a sua concessão, como despesa realizada.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O suprimento de fundos deve ser precedido de empenho próprio, sendo considerado despesa realizada a partir do momento da sua concessão ao servidor. Em caso de posterior restituição, considera-se como anulação de despesa, se feita no mesmo exercício financeiro da concessão, ou receita orçamentária, no caso de recolhimento após o exercício financeiro.

**118 Situação hipotética:** Um fornecedor foi contratado para entregar uma máquina a um órgão público até o dia 30/11/2018, mas, devido a pendências alfandegárias, a entrega ocorreu somente em 31/1/2019. O empenho relativo

a essa despesa foi cancelado em 31/12/2018. **Assertiva:** Nessa situação, o pagamento da despesa somente poderá ser feito pela reabertura do empenho, com a inscrição da despesa como restos a pagar.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Após o cancelamento da despesa e o encerramento do exercício financeiro de 2018, o pagamento dessa despesa somente pode ser feito por meio da dotação despesas de exercícios anteriores, com recursos do orçamento de 2019.

Lei n.º 4.320/1964:

“Art. 37 As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.”.

Julgue os próximos itens, com base nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**119 Situação hipotética:** Durante o primeiro quadrimestre do exercício de 20X1, determinado estado obteve queda real de receita de 15%, em comparação com o mesmo quadrimestre do ano anterior, 20X0, em decorrência da diminuição de receita de *royalties*. A despesa com pessoal do Poder Executivo desse estado passou de 49% da sua receita corrente líquida no primeiro quadrimestre de 20X0 para 54% dessa receita no primeiro quadrimestre de 20X1, último ano do mandato do seu governador à época. **Assertiva:** O Poder Executivo desse estado ainda está autorizado a receber transferências voluntárias para a área de infraestrutura no exercício financeiro de 20X1.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Os arts. 19 e 20, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) dispõem sobre os limites de despesas com pessoal para cada ente federativo e para cada Poder:

“Art. 19 Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I União: 50% (cinquenta por cento);

II estados: 60% (sessenta por cento);

III municípios: 60% (sessenta por cento). (...)

Art. 20 A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(...)

II na esfera estadual:

a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;”.

No caso do estado referido na situação hipotética, o seu limite era de 60% da receita corrente líquida, sendo 49% para o Poder Executivo.

O art. 23, § 3.º, da LRF trata das restrições das punições ao ente federativo no caso de descumprimento dos limites de despesa com pessoal do art. 12:

“Art. 23 Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3.º e 4.º do art. 169 da Constituição.

(...)

§ 3.º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I receber transferências voluntárias;

II obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

§ 4.º As restrições do § 3.º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

§ 5.º As restrições previstas no § 3.º deste artigo não se aplicam ao Município em caso de queda de receita real superior a 10% (dez por cento), em comparação ao correspondente quadrimestre do exercício financeiro anterior, devido a: (incluído pela Lei Complementar n.º 164/2018)

I diminuição das transferências recebidas do Fundo de Participação dos municípios decorrente de concessão de isenções tributárias pela União; e (Incluído pela Lei Complementar n.º 164/2018)

II diminuição das receitas recebidas de royalties e participações especiais. (incluído pela Lei Complementar n.º 164/2018)

§ 6.º O disposto no § 5.º deste artigo só se aplica caso a despesa total com pessoal do quadrimestre vigente não ultrapasse o limite percentual previsto no art. 19 desta Lei Complementar, considerada, para este cálculo, a receita corrente líquida do quadrimestre correspondente do ano anterior atualizada monetariamente. (incluído pela Lei Complementar n.º 164/2018)”

O ano de 20X1 será o último ano do mandato do Poder Executivo. Além disso, os §§ 5.º e 6.º do art. 23, que excepcionam a aplicação do § 3.º do mesmo artigo, nos casos de queda real de receita, só se referem a municípios. Logo, desde o primeiro quadrimestre de 20X1, o Poder Executivo desse estado está impossibilitado de obter transferências voluntárias para a área de infraestrutura. Ele só poderia obter transferências voluntárias para as áreas de saúde, educação e segurança pública, por conta do art. 25, § 3.º da LRF.

**120** Ato que crie despesas obrigatórias de caráter continuado deve ser instruído com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que tal ato entre em vigor e nos dois exercícios subsequentes, com a demonstração da origem dos recursos para o custeio dessas despesas.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A criação de despesas obrigatórias de caráter continuado está disposta no art. 17, *caput*, c/c § 1.º da LRF, e faz menção ao seu art. 16, inciso I:

“Art. 16 A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

(...)

Art. 17 Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1.º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.”